

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA 005/2017

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA EM EXERCÍCIO**, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos da Resolução nº. 005/2007, do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 04 de abril de 2017, terça-feira, à partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões, Sede do Ministério Público, situada à 5ª Avenida, 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

01. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.32895/2015, APENSO Nº 003.0.191571/2015. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADES DO CURSO DE DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E CRIMINAIS. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA SHEILLA MARIA DA GRAÇA COITINHO DAS NEVES. RELATORA: CONSELHEIRA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA.

02. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA:

- 2.1. Inquérito Civil nº 696.0.151501/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 2.2. Procedimento Ministerial nº 069.0.167987/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 2.3. Procedimento Ministerial nº 591.0.195102/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 2.4. Inquérito Civil nº 597.0.193404/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.5. Procedimento Ministerial nº 720.0.143512/2016, da Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA CLEONICE DE SOUZA LIMA:

- 2.6. Procedimento Ministerial nº 003.0.198192/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 2.7. Inquérito Civil nº 644.0.161769/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 2.8. Inquérito Civil nº 003.0.175527/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 2.9. Inquérito Civil nº 003.0.27834/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.10. Inquérito Civil nº 596.0.90373/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.11. Inquérito Civil nº 003.0.24770/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;
- 2.12. Procedimento Ministerial nº 003.0.85073/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 2.13. Inquérito Civil nº 591.0.228358/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 2.14. Procedimento Ministerial nº 608.0.193669/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

- 2.15. Procedimento Ministerial nº 087.0.114113/2016, da Promotoria de Justiça de Conceição do Jacuípe;
- 2.16. Inquérito Civil nº 598.0.135422/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 2.17. Procedimento Ministerial nº 003.0.132922/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.18. Procedimento Ministerial nº 003.0.177034/2016, da 5ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 2.19. Procedimento Ministerial nº 598.0.68110/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 2.20. Procedimento Ministerial nº 003.2.18063/2007, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 2.21. Procedimento Ministerial nº 591.0.100111/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 2.22. Inquérito Civil nº 933.0.201204/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 2.23. Inquérito Civil nº 242.0.38385/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Conceição do Coité;
- 2.24. Inquérito Civil nº 147.0.126792/2008, da Promotoria de Justiça de Lapão;
- 2.25. Procedimento Ministerial nº 676.0.97660/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 2.26. Procedimento Ministerial nº 003.0.76166/2016, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 2.27. Procedimento Ministerial nº 644.0.86807/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;
- 2.28. Inquérito Civil nº 003.0.237079/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.29. Inquérito Civil nº 600.0.47251/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 2.30. Inquérito Civil nº 591.0.90076/2008, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 2.31. Inquérito Civil nº 696.0.190015/2010, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 2.32. Procedimento Ministerial nº 001.0.37597/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.33. Inquérito Civil nº 001.0.131331/2011, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Ilhéus;
- 2.34. Procedimento Ministerial nº 003.0.222919/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.35. Procedimento Ministerial nº 001.0.117607/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.36. Procedimento Ministerial nº 708.0.243987/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 2.37. Procedimento Ministerial nº 646.0.175266/2016, da 10ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.38. Procedimento Ministerial nº 001.0.105866/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.39. Inquérito Civil nº 608.0.205172/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.40. Inquérito Civil nº 608.0.107221/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.41. Procedimento Ministerial nº 001.0.29464/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.42. Procedimento Ministerial nº 003.0.198270/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 2.43. Inquérito Civil nº 003.0.164758/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa

do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

2.44. Procedimento Ministerial nº 003.0.181964/2015, da 4ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

2.45. Inquérito Civil nº 170.0.79167/2016, da Promotoria de Justiça de Miguel Calmon;

2.46. Inquérito Civil nº 003.0.72832/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

2.47. Inquérito Civil nº 593.0.151516/2012, da 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

2.48. Procedimento Ministerial nº 001.1.86121/2005, da 4ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

2.49. Procedimento Ministerial nº 001.0.68978/2007, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

2.50. Inquérito Civil nº 167.0.110927/2016, da Promotoria de Justiça de Mata de São João;

2.51. Inquérito Civil nº 045.0.122196/2009, da Promotoria de Justiça de Itagimirim;

2.52. Inquérito Civil nº 003.0.131355/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

2.53. Procedimento Ministerial nº 114.0.223530/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;

2.54. Inquérito Civil nº 596.0.138199/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

2.55. Inquérito Civil nº 003.1.22619/2005, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA:

2.56. Procedimento Ministerial nº 596.0.26505/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

2.57. Inquérito Civil nº 644.0.61403/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

2.58. Inquérito Civil nº 644.0.117658/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

2.59. Inquérito Civil nº 596.0.143005/2012, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

2.60. Inquérito Civil nº 003.0.143353/2012, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

2.61. Procedimento Ministerial nº 003.0.216448/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

2.62. Procedimento Ministerial nº 674.0.229746/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

2.63. Inquérito Civil nº 598.0.123771/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

2.64. Inquérito Civil nº 674.0.61395/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

2.65. Inquérito Civil nº 597.0.98567/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;

2.66. Procedimento Ministerial nº 001.0.141580/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

2.67. Inquérito Civil nº 003.0.85549/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;

2.68. Procedimento Ministerial nº 705.0.65006/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

2.69. Procedimento Ministerial nº 608.0.83702/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;

- 2.70. Inquérito Civil nº 190.0.738/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 2.71. Inquérito Civil nº 003.0.218968/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 2.72. Procedimento Ministerial nº 003.0.140114/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 2.73. Inquérito Civil nº 003.0.22510/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;
- 2.74. Procedimento Ministerial nº 003.0.69893/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 2.75. Inquérito Civil nº 674.0.119908/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 2.76. Procedimento Ministerial nº 241.0.240961/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Remanso;
- 2.77. Inquérito Civil nº 591.0.103238/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 2.78. Inquérito Civil nº 003.0.179572/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.79. Procedimento Ministerial nº 015.0.9679/2012, da Promotoria de Justiça de Araci.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA:

- 2.80. Procedimento Ministerial nº 696.0.175531/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 2.81. Procedimento Ministerial nº 001.0.13743/2016, da 10ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.82. Procedimento Ministerial nº 696.0.58012/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 2.83. Inquérito Civil nº 340.0.236983/2016, da Promotoria de Justiça de Ubatã;
- 2.84. Procedimento Ministerial nº 608.0.250476/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.85. Procedimento Ministerial nº 001.0.3053/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.86. Procedimento Ministerial nº 003.0.242719/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;
- 2.87. Procedimento Ministerial nº 712.0.36462/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 2.88. Procedimento Ministerial nº 598.0.22038/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 2.89. Inquérito Civil nº 593.0.154730/2012, da 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA:

- 2.90. Recurso Administrativo nº 003.0.266837/2016, apenso nº 003.0.173743/2016, do Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça;
- 2.91. Inquérito Civil nº 674.0.17664/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 2.92. Procedimento Ministerial nº 003.0.106926/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.93. Inquérito Civil nº 696.0.255615/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 2.94. Procedimento Ministerial nº 674.0.217970/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

- 2.95. Inquérito Civil nº 003.0.132643/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.96. Procedimento Ministerial nº 593.0.97810/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 2.97. Inquérito Civil nº 592.0.108574/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 2.98. Procedimento Ministerial nº 001.0.104819/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.99. Inquérito Civil nº 692.0.71148/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 2.100. Procedimento Ministerial nº 003.199619/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARILENE PEREIRA MOTA:

- 2.101. Recurso Administrativo nº 003.0.159763/2016, apenso nº 003.0.118571/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 2.102. Procedimento Ministerial nº 001.0.4780/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.103. Inquérito Civil nº 003.0.35169/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.104. Inquérito Civil nº 593.0.122083/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 2.105. Inquérito Civil nº 598.0.248192/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 2.106. Procedimento Ministerial nº 001.0.64477/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.107. Procedimento Ministerial nº 003.0.45258/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 2.108. Inquérito Civil nº 001.9.1563/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.109. Procedimento Ministerial nº 709.0.24625/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 2.110. Inquérito Civil nº 696.0.206654/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 2.111. Procedimento Ministerial nº 114.0.247604/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 2.112. Inquérito Civil nº 001.0.122889/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.113. Procedimento Ministerial nº 003.0.237746/2015, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.114. Inquérito Civil nº 598.0.36596/2012, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 2.115. Inquérito Civil nº 644.0.144197/2009, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 2.116. Procedimento Ministerial nº 001.0.134141/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.117. Procedimento Ministerial nº 003.0.12580/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 2.118. Procedimento Ministerial nº 114.0.142901/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 2.119. Procedimento Ministerial nº 003.0.164492/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.120. Inquérito Civil nº 001.0.248535/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.121. Inquérito Civil nº 003.0.219089/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

- 2.122. Inquérito Civil nº 001.0.248535/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
2.123. Inquérito Civil nº 003.0.219089/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
2.124. Inquérito Civil nº 003.1.25659/2005, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA

- 2.125. Recurso Administrativo nº 003.0.221201/2016, apenso nº 003.0.126634/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
2.126. Inquérito Civil nº 001.0.95923/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
2.127. Inquérito Civil nº 598.0.8761/2013, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
2.128. Inquérito Civil nº 167.0.113104/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
2.129. Procedimento Ministerial nº 003.0.131634/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
2.130. Procedimento Ministerial nº 003.0.131634/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
2.131. Inquérito Civil nº 057.0.146417/2014, da Promotoria de Justiça Capela do Alto Alegre;
2.132. Procedimento Ministerial nº 003.0.201728/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
2.133. Procedimento Ministerial nº 003.0.60816/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
2.134. Procedimento Ministerial nº 001.0.156823/2009, da Promotoria de Justiça de Ilhéus;
2.135. Inquérito Civil nº 644.0.160500/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:

- 2.136. Procedimento Ministerial nº 003.0.207094/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
2.137. Procedimento Ministerial nº 241.0.240897/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Remanso;
2.138. Inquérito Civil nº 003.0.50982/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

03. O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, 27 de março de 2017.

SARA MANDRA MORAES RUSCIOLELLI SOUZA
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público
em exercício